



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 088/2021

PARECER JURÍDICO Nº 324/2021

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 199/2021, DE
AUTORIA DA MESA DIRETORA, QUE DISPÕE
SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL E O REAJUSTE
DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

Interessado: DIRETORIA LEGISLATIVA

I – Relatório:

O objeto da presente análise é o Projeto de Lei Ordinária nº 199/2021, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos pertencentes ao quadro funcional da Câmara Municipal de Parauapebas”. A proposição segue acompanhada de justificativa e de relatório de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

O processo está regularmente autuado e desenvolvido em ordem cronológica. Certidão expedida pela Diretoria Legislativa atesta o cumprimento das disposições do artigo 196 do Regimento Interno. A proposição foi lida na sessão plenária deste dia 20 de dezembro de 2021, estando submetida ao regime ordinário de tramitação e, de conformidade com o rito regimental, veio para parecer prévio, a teor do que determina o artigo 241, parágrafo 1º, do Regimento Interno.

É o relatório.

II – Análise Jurídica:

II.1 – Da Forma:

Como dito, o Projeto de Lei em análise busca conceder, aos servidores públicos da Câmara Municipal de Parauapebas, revisão geral anual, à ordem de 10,96% (dez vírgula noventa e seis por cento) e reajuste de 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento).



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 088/2021

No que toca à competência para legislar sobre a matéria, é indene de dúvidas que o objeto da proposição compõe o rol da competência legislativa municipal, na medida em que a organização do quadro de servidores municipais é assunto de evidente interesse local, se conformando à competência legislativa insculpida no artigo 8º, incisos I e XVII, da Lei Orgânica Municipal¹, reservada ao trato privativo do Poder Legislativo, em relação aos seus servidores, a teor do que dispõe o artigo 13, inciso III, da LOM².

Quanto à iniciativa da proposição, exsurge que seu exercício deve, necessariamente, advir da Mesa Diretora da Câmara Municipal, a teor do que disciplina o artigo 224, inciso II, do Regimento Interno³.

Ultrapassado o ponto, há que se observar que o projeto de lei ordinária é a proposição hábil à pretensão dos autores, tal que a matéria é sujeita à sanção do Chefe do Executivo – o que afasta o tratamento por meio de projeto de resolução ou outra espécie legislativa interna –, porém, não faz parte do rol de objetos que exigem tratamento por lei complementar, previsto no artigo 222, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa e no artigo 52, parágrafo único, da Lei Orgânica.

Quanto às informações de apresentação obrigatória, aponto que a proposta conta com minudente justificativa, na qual os proponentes explicitam os motivos que ensejam e autorizam a aplicação da revisão geral anual e do ganho real sobre os vencimentos dos servidores públicos deste Poder Legislativo.

No mais, considerando que a proposição em referência acarreta o aumento das despesas públicas, é indispensável a apresentação das peças de controle orçamentário a que aludem os

¹ Art. 8º Ao Município de Parauapebas compete prover tudo quando diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

XVII – organizar o quadro de servidores municipais;

² Art. 13 Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

III – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, nos termos análogos à Constituição Federal e observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

³ Art. 224 É da competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara a iniciativa dos projetos que:

(...)

II – criem, alterem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 088/2021

artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, verifica-se que consta dos autos do processo legislativo o respectivo relatório de estimativa do impacto orçamentário-financeiro da medida. A referida peça, consigna, ao cabo dos cálculos pertinentes, os quais fogem da competência técnica de análise desta Procuradoria, que “a presente despesa atende aos limites prudenciais da legislação vigente, o percentual apurado não ultrapassou os limites prudenciais estabelecidos na LRF e na Constituição Federal”. À vista do apurado e evidenciado no estudo de impacto orçamentário, a autoridade competente atesta a adequação orçamentária e financeira da despesa e sua compatibilidade com a lei orçamentária de 2022 (até então, o projeto), o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias vigentes, atendendo, portanto, às exigências legais pertinentes.

Por fim, quanto à forma escrita da proposição, anoto que esta se desenvolveu em consonância com as prescrições da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe normas sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação de leis e outros atos normativos, não se evidenciando a necessidade de correções ao texto posto.

II.2 – Da Matéria:

Como dito alhures, a proposição em análise cuida de promover a revisão geral anual e o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, à ordem de 14,5% (quatorze vírgula cinco por cento), cujos percentuais relativos à revisão e ao ganho real seguem disciplinados nos incisos I e II do artigo 1º, a partir de 01 de janeiro do próximo ano.

Por reajuste, entenda-se o ganho real, ou seja, o valor excedente à recomposição das perdas inflacionárias, não se confundindo com a revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e no artigo 60 da Lei Municipal nº 4.231/2002 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas).

A revisão geral anual, por sua vez, se restringe à recomposição do valor da moeda, garantida a todos os servidores públicos pelo artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e, no município, pelo artigo 60 da Lei Municipal nº 4.231/2002 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas). Para além dos já apreciados requisitos de forma, a proposta destinada a conceber a revisão geral anual deve obedecer a determinados critérios específicos de legalidade e validade,



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 088/2021

quais sejam, a aplicação uniforme a todos os servidores, em iguais índices, percentuais e datas, vedada qualquer distinção, a indicação expressa do índice de inflação oficial utilizado e a indicação do período de apuração da inflação acumulada. No caso, vislumbra-se que a proposição atende aos requisitos supracitados, na medida em que o *caput* do artigo 1º e seu inciso I trazem, de modo expresso, a gama de beneficiados (servidores públicos efetivos e comissionados do Poder Legislativo), o índice inflacionário (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o percentual (10,96%) e o período de apuração da inflação (dezembro de 2020 a novembro de 2021).

Importa dizer que a presente medida, por expressa previsão na proposta (art. 2º), não alcança, conforme poderia fazê-lo –, em tese, quanto à revisão geral anual –, os subsídios dos agentes políticos deste Poder Legislativo.

A medida projeta efeitos para 1º de janeiro de 2022, se coadunando com a data base estabelecida para o funcionalismo do município pela Lei Municipal nº 4.526, de 26 de dezembro de 2012. Nesse ponto, importa dizer que o projeto não desatende aos comandos da Lei Complementar nº 173/2020, que veda a criação ou aumento de despesas com pessoal até o final do exercício financeiro de 2021 em virtude da pandemia da Covid-19, visto que, como dito, está a consignar a entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022. Com efeito, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará já assentou entendimento acerca da possibilidade de produção do ato legislativo que promova o acréscimo de despesas com pessoal no período vedado pela referida Lei Complementar, desde que a produção de efeitos seja postergada para período posterior ao interstício prescrito na Lei⁴, vedando, pois, o efetivo incremento da despesa no período consignado na LC 173/2021 e, também, a retroação dos efeitos para abarcar o referido intervalo.

No mais, evidencia-se que a proposta atende à disciplina aplicável à fixação, reajuste e revisão da remuneração dos agentes políticos e servidores públicos pelos municípios sob a jurisdição do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, materializada por meio da Instrução Normativa nº 004/2015.

⁴ Vide, a exemplo, a Resolução nº 15.626/2021, de relatoria da Exma. Conselheira Mara Lúcia, julgada em 04/03/2021, e os Processos nº 202002724-00, de 24/07/2020 (Câmara Municipal de Parauapebas), 202100331-00, de 15/01/2024 (Câmara Municipal de Óbidos), 202100381-00, de 20/01/2021 (Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá), todos reconhecendo a possibilidade de ultimação do instrumento legislativo tendente a promover aumento de despesas com pessoal durante o período inscrito na LC 173/2021, vedado, porém, o efetivo incremento da despesa, que somente se pode dar a partir de 01 de janeiro de 2021, sem efeitos retroativos.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PARECER INTERNO Nº 088/2021

Exsurge, portanto, que não há na proposição qualquer disposição que afronte as disposições regimentais, legais e constitucionais vigentes, não havendo óbices à aprovação por esta Casa.

III – Conclusão:

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria **ENTENDE**, **CONCLUI** e **OPINA** pela regimentalidade, legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 199/2021, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos pertencentes ao quadro funcional da Câmara Municipal de Parauapebas”.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 20 de dezembro de 2021.

ALANE PAULA ARAÚJO
Procuradora Geral Legislativa
Portaria nº 007/2021